

**MANIPULAÇÃO**

# “Forças ocultas” na Assembléia Indígena

“A 2ª Assembléia Geral dos Povos do Alto Rio Negro foi totalmente manipulada, onde a comunidade indígena, a parte interessada, não tinha voz, a não ser, os devidamente cadastrados que mal podiam expressar seus posicionamentos no tempo determinado pela mesa: apenas um minuto, sendo logo interrompidos”.

A afirmação foi feita ontem pela advogada Sônia Regina de Brito Pereira, baseada nas opiniões de indígenas da região, que foram devidamente gravadas em fitas cassetes. Segundo a advogada, que foi convidada a participar da Assembléia pelos próprios coordenadores, o clima era de total revolta por parte dos indígenas, que afirmavam estar participando de uma reunião que atendia apenas aos interesses das mineradoras e da Funai (severamente criticada pela população), que praticamente polarizaram a Assembléia, sem deixar que temas como demarcação das terras indígenas, atividade das mineradoras e o tão polêmico Projeto Calha Norte, fossem amplamente debatidos.

**DENÚNCIAS**

A advogada carioca, ecologista representante do Movimento de Defesa da Amazônia e Meio Ambiente e do movimento em defesa da vida e formação de entidades ambientalistas autônomas do Rio de Janeiro, fez ontem, uma série de denúncias sobre a 2ª. Assembléia, realizada em São Gabriel da Cachoeira.

Ela denuncia a manipulação e a influência de alguns segmentos da política local, na coordenação da Assembléia, composta por funcionários da Funai de São Gabriel da Cachoeira “ou seja, os Irmãos Machado e o próprio Alvaro Sampaio, líder Tukano (primo dos Irmãos Machado)”.

Segundo Sônia Regina, a coordenação da Assembléia, ao contrário do que se esperava, desvirtuou à direção das discussões, “que deveriam girar em torno dos interesses indígenas”. “Eu apresentou como provas às minhas denúncias várias gravações, com depoimentos de diversos líderes indígenas, que se sentiram impedidos de usar a palavra para denunciar diversas arbitrariedades contra a Goldamazon, Paranapanema e o Projeto Calha Norte”, comentou.

“Pode-se dizer que, — continuou, — a Assembléia foi guiada por forças ocultas de bastidores, que inclusive provocaram o afastamento de Manuel Fernandes de Moura, um dos coordenadores do evento, que, sentindo o rumo obscuro e atrelado que era dado às discussões, preferiu se afastar do cargo”, completou a advogada.

Luiz Vasconcelos



Sônia recolheu protestos indígenas

**DEFESA VETADA**

Sônia Regina, denuncia, ainda que ela, como advogada da maior parte das lideranças indígenas, não teve permissão de defender, como desejava, a quem representava, não sendo convidada a participar da mesa de trabalho da Assembléia, sendo, segundo ela, impedida de formular perguntas às autoridades da Funai, Ministério do Exército, Governo Federal e de representantes da Paranapanema e Goldamazon. “A mesa não estava interessada nos serviços que poderia prestar à comunidade indígena, já que deveria esclarecer determinados pontos, ainda obscuros, do Projeto Calha Norte, elaborado nos bastidores de Brasília, sem a participação popular, a não ser depois de já elaborado, sem ter passado pelo Congresso Nacional e nem sequer determinado as demarcações das terras indígenas”, frisou.

Na tarde do último dia de Assembléia (quinta-feira), percebendo a manipulação da reunião, como ela mesma afirma, “fui tentar conversar com a coordenação do evento, para mostrar que a população não estava satisfeita com os rumos tomados durante os debates, quando fui expulsa do local, onde afirmaram que eu estava atrapalhando as colocações da mesa, colocando minhocas na cabeça dos índios, tentando fazer com que eles enxergassem uma coisa que não existia; mas, mesmo assim, consegui ficar até o término dos trabalhos, pois, sendo eu advogada de mais de

40 representações indígenas, não poderia afastar-me do processo”, continuou.

Quando a Assembléia deu-se por encerrada, Sônia Regina afirma que não tem conseguido apoio da coordenação para sua volta, que foi cedida pelo CIMI, depois de pedidos feitos pelos próprios indígenas, que também solicitavam (gravação em fitas), sua ajuda para levar ao Governo Federal as reais reivindicações.

**RELATÓRIO DE DENÚNCIAS**

Nos próximos dias a advogada carioca estará viajando a Brasília, onde afirma — entregará um relatório de denúncias, (com depoimentos gravados e fotografias), quanto às atividades “criminosas” da Goldamazon e Paranapanema, ao Congresso Nacional, CUT, CPT, OAB, Comitê dos Direitos Humanos da ONU e às organizações internacionais, pedindo providências dentro da região do Alto Rio Negro, para apurar todos os crimes de “etnocídio”, exigindo do Governo Federal a demarcação das terras indígenas e a expulsão das mineradoras das áreas de garimpo.

O relatório da advogada, está baseada em depoimentos, como o de Laurindo Freire Campos, que afirma que a Funai o retirou do seu local de plantação, onde começou a trabalhar com agricultura desde 1952, destruindo tudo, e pagando como indenização, apenas Cz\$ 5.000,00, um forno e um motor de popa. Além de outros depoimentos, como de que os “policiais das mineradoras andam constantemente armados e a ordem que têm, é de matar, caso não se cumpra o determinado.

Já Waldomiro Firmino Araújo, indígena da tribo Arara, pedia uma carona até Brasília para falar com o Presidente da República, pois os índios estavam precisando de seu apoio, achando que a “Carta de São Gabriel da Cachoeira” não seria levada ao conhecimento do Presidente, sem que houvesse uma interferência, diminuindo as verdadeiras necessidades e medos da população indígena quanto ao Calha Norte, e a presença “cada vez mais assustadora das mineradoras”, que hoje, exploram 23 tipos de minérios valiosos, sem que se revertam em benefício as comunidades do Alto Rio Negro.

“Por ter constatado denúncias e a manipulação durante a Assembléia, acredito que o documento não será cumprido e tentarei fazer com que os constituintes se sensibilizem com o fato, para ajudar uma população tão carente que está perdendo suas terras e características naturais”, concluiu.